

A RELAÇÃO DOS CONCEITOS DO BELO E DO SUBLIME NA REPRESENTAÇÃO DOS GÊNEROS

The relation of the concepts of beautiful and sublime in the gender representation

ALICE DE CARVALHO LINO

Universidade de São Paulo

alice.lino@yahoo.com.br

Abstract: It is known that Kant discoursed about the feelings of the beautiful and sublime in different moments of his philosophy. The first occurrence seems to be in *Observations on the feeling of the beautiful and the sublime* (1764). And there, precisely, genders are represented by such sentiments. It's use, then, the *Critique of Judgment* (1790) to present a possible justification for the assigning of the quality of the beautiful to woman and of the sublime to the man. Nowhere, it is intended to submit *Observations* under the critical perspective and vice-versa. However, the examination of the arguments disposed in the third critique allows to determine a relation between these works, because of the representation of genders by refined feelings of pleasure. To this end, it is use an assumption of the cultural character, namely, in the history of the West, the man appears related to culture, while the woman is in the context of nature.

Keywords: Kant; Woman; Man; Beautiful; Sublime.

A RELAÇÃO DOS CONCEITOS DO BELO E DO SUBLIME NA REPRESENTAÇÃO DOS GÊNEROS

1. INTRODUÇÃO

Nas *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*, os gêneros encontram-se representados através dos mesmos sentimentos estéticos que nomeiam a obra. A natureza feminina é, então, representada pelo belo, enquanto os homens são considerados como pertencentes ao sexo nobre ou sublime. O par belo e sublime representa, em certa medida, a estrutura de conhecimento adotada pela cultura ocidental. E a forma como se estabelece o contraste entre tais sentimentos nos remete a outros pares, também representantes do pensamento ocidental: forma e matéria, mente e corpo, razão e emoção, público e privado, transcendente e imanente, entre outros. O fator comum dessas oposições binárias refere-se às diferentes formas e perspectivas que aparecem no contraste da cultura com a natureza. Tal característica é, inclusive, evidente nos pólos representantes dos gêneros, visto que, por razões presentes na história da cultura ocidental atribui-se ao homem o caráter racional e atribuem-se à mulher as emoções e os sentimentos. Assim como a mulher, ao longo da história do ocidente, pertence à esfera privada e o homem à pública. O gênero masculino aparece, portanto, associado à cultura enquanto o feminino relaciona-se com a natureza.

As pretensões neste texto são as de verificar em que medida o próprio Kant sustenta essa perspectiva (da mulher estar associada à natureza e o homem à cultura) quando atribui ao gênero

feminino a qualidade do belo e ao masculino a do sublime. Parte-se, então, para uma investigação acerca dos conceitos do belo e do sublime sob a perspectiva crítica kantiana.

A *Crítica da Faculdade do Juízo* (1790) é concebida pelo próprio filósofo como mediadora entre as duas outras obras críticas. Na primeira destas, a *Crítica da Razão Pura* (1781), Kant debruçou-se na investigação acerca da faculdade do conhecimento (entendimento), já na seguinte, a *Crítica da Razão Prática* (1788), o interesse voltou-se para a faculdade de apetição (razão) e ao investigar como se dão os juízos nos sentimentos de prazer e desprazer na *Crítica da Faculdade do Juízo* é proposta, então, uma possibilidade de transitar entre as duas primeiras críticas, posto que a faculdade de julgar exerce um papel intermediário entre o entendimento e a razão.

Quer dizer, se a *Crítica da Razão Pura* (especulativa) mostra como o entendimento fornece leis a priori para o domínio da natureza, e se a *Crítica da Razão Prática* mostra como a Razão fornece leis a priori para o domínio da liberdade, a presente *Crítica*, aos olhos de Kant, fornecerá a transição entre os domínios da natureza e da liberdade, entre o Entendimento e a Razão, entre a Razão teórica e a Razão Prática (SILVA, 2006, p.48).

A natureza enquanto fenômeno é, então, pensada como se fosse organizada conforme os fins da razão prática. Atribui-se, assim, à natureza, uma causalidade que deve ordená-la; mas não há de fato “objetividade” neste movimento proposto, visto que esta causalidade é apenas pensada. O juízo ao qual Kant destina tal função é denominado reflexionante. De acordo com a concepção kantiana, a faculdade do juízo em geral diz respeito àquela que pensa o particular enquanto inserido no universal, sendo que os juízos podem apresentar-se como determinantes ou reflexionantes. No primeiro, é dado um conceito universal no qual o particular de uma intuição é subsumido, enquanto que no segundo, o movimento é contrário, pois se deve encontrar o universal para um particular.

Os juízos meramente reflexivos apresentam-se como juízo estético de reflexão e juízo teleológico. O primeiro ainda se subdivide em juízo de gosto e juízo do sublime. A investigação proposta nas seções seguintes recairá sobre estes últimos, visto que determinam os sentimentos do belo e do sublime, respectivamente.

2. MULHER: BELO SEXO

A concepção kantiana na *Crítica da Faculdade do Juízo* determina que a expressão “belo” surge a partir do juízo de gosto. Tal juízo é concebido como estético, na medida em que não implica conhecimento acerca do objeto e relaciona-se com o sentimento de prazer e desprazer do sujeito diante do objeto ou da representação dele. Em outros termos, para que se determine algo como belo, a faculdade utilizada é o gosto e a base deste encontra-se no sujeito que elabora tal juízo. Se o fundamento para o belo é subjetivo, isso indica que não há determinação conceitual e sendo assim, não se elabora um conhecimento sobre objeto. A partir do juízo do belo, tem-se determinado o prazer, e a este sentimento não deve estar associado nenhum tipo de interesse. O

fator determinante do belo é justamente o prazer desinteressado. Nas palavras de Kant: “Não se tem que simpatizar minimamente com a existência da coisa, mas ser a esse respeito completamente indiferente para em matéria de gosto desempenhar o papel de juiz” (KANT, 2005, 7, p. 50). Tal característica impede que aquilo que se mostra como puramente agradável seja considerado belo, pois sentimentos agradáveis podem contaminar o juízo do sujeito, na medida em que o interesse sobre o objeto é despertado. Para clarificar a complacência diante daquilo que se mostra agradável, Kant distingue a sensação do sentimento. A primeira denota “uma representação objetiva dos sentidos” (KANT, 2005, 9, p. 51), a outra se refere ao subjetivo, ao que “absolutamente não pode constituir nenhuma representação de um objeto” (KANT, 2005, 9, p. 51). O exemplo utilizado pelo filósofo são os prados, onde a cor verde percebida é relativa à sensação objetiva, enquanto que o agrado proveniente dele concerne à sensação subjetiva, que em hipótese alguma representa o objeto. A sensação agradável mostra-se, portanto, subjetiva e não implica, assim, conhecimento sobre o objeto. No tocante a tais aspectos não há ainda uma distinção apontada com relação ao sentimento do belo, na medida em que este se mostra também subjetivo e incapaz de elaborar um conhecimento acerca do objeto. Mas a questão é que, no caso do agradável, tem-se o desejo de tal objeto despertado por meio da sensação. Assim, “a complacência pressupõe não o simples juízo sobre ele, mas a referência de sua existência ao meu estado, na medida em que ele é afetado por um tal objeto. Por isso, do agradável não se diz apenas: ele apraz, mas ele deleita *<Vergnügt>*” (KANT, 2005, 9, p. 51-52). O sentimento prazeroso do belo, obviamente, agrada, mas este comprazimento não está relacionado com as inclinações no sentido de gerá-las.

O bom também não deve ser confundido com o belo, pois o primeiro pressupõe o conceito; visto que a satisfação provém do quão útil o objeto possa ser, ou aparece mediante o valor encontrado naquilo que é bom em si mesmo. Logo, tem-se um comprazimento baseado na existência do objeto ou em uma ação, ou seja, há interesse neste juízo. O que se determina como bom é sempre bom para alguma coisa ou para alguém, assim, tem-se um fim determinado do objeto, ou em outros termos, um conceito acerca deste. Já para o belo não se faz necessário tal conceito.

Segundo Kant, o agradável apresenta uma “complacência patologicamente condicionada (por estímulos)” (KANT, 2005, 14, p. 54), enquanto no bom tem-se “uma complacência prática” (KANT, 2005, 14, p. 54), que se dá não somente devido à contemplação do objeto, mas também pela relação do sujeito com a existência do objeto. No juízo de gosto, por sua vez, o objeto é considerado somente em relação ao sentimento de prazer e desprazer. Assim, para a determinação do belo não há a representação de conceitos, ou seja, tal juízo é “meramente contemplativo” (KANT, 2005, 14, p. 54). Dadas essas distinções relativas às complacências, tem-se, assim, uma nomenclatura específica para cada uma delas: “Agradável chama-se para alguém aquilo que o deleita; belo, aquilo que meramente o apraz; bom, aquilo que é estimado, aprovado, isto é, onde é posto por ele um valor objetivo” (KANT, 2005, 15, p. 54).

O fato de o belo apresentar-se independente de qualquer interesse garante à tal complacência o caráter universal. Quer dizer, como o juízo de gosto não se restringe ao âmbito privado, não se refere ao que as inclinações do sujeito lhe dizem, é possível, então, pretender o mesmo juízo em outros. No caso, aquele que julga “falará pois, do belo como se a beleza fosse uma qualidade do objeto e o juízo fosse lógico (constituindo através de conceitos do objeto um conhecimento do mesmo), conquanto seja somente estético e contenha simplesmente uma referência da representação do objeto ao sujeito” (KANT, 2005, 18, p. 56). Se, portanto, tal universalidade não se funda em conceitos e sim nos sentimentos de prazer e desprazer do sujeito diante do objeto, tem-se configurada uma universalidade subjetiva.

Para que se dê o prazer mediante o objeto, as faculdades de conhecimento devem entrar, conforme sustenta Kant, em uma espécie de “jogo livre”, onde “nenhum conceito delimitado limita-as a uma regra de conhecimento particular” (KANT, 2005, 28, p. 62). As faculdades, em questão, são imaginação e entendimento. A primeira trata da “composição do múltiplo da intuição” (KANT, 2005, 28, p. 62) e a outra da “unidade do conceito, que unifica as representações” (KANT, 2005, 28, p. 62). Isto é, “um objeto dado leva, através dos sentidos, a faculdade da imaginação à composição do múltiplo, e esta por sua vez põe em movimento o entendimento para a unidade do mesmo em conceitos” (KANT, 2005, 65, p. 84).

A relação entre tais faculdades é considerada de forma livre, pois a imaginação não aparece subjugada ao entendimento, ou seja, o entendimento não prescreve conceitos a fim de determinar a imaginação. Dessa forma tem-se uma relação harmoniosa. O entendimento é visto na filosofia kantiana como o responsável pelo conhecimento acerca do objeto através do estabelecimento de conceitos, porém no juízo estético, em especial, este exerce outra função, a saber:

A faculdade dos conceitos, quer sejam eles confusos ou claros, é o entendimento; e conquanto ao juízo de gosto, como juízo estético também pertença o entendimento (como a todos os juízos), ele contudo pertence ao mesmo, não como faculdade do conhecimento de um objeto, mas como faculdade da determinação do juízo e de sua representação (sem conceito) segundo a relação da mesma ao sujeito e seu sentimento interno, e na verdade, na medida em que este juízo é possível segundo uma regra universal (KANT, 2005, 48, p. 74/75).

O prazer promovido pela relação harmoniosa entre as faculdades da imaginação e do entendimento tem como fundamento o ajuizamento estético, pois a validade subjetiva universal do comprazimento “funda-se unicamente sobre aquela universalidade das condições subjetivas do ajuizamento dos objetos” (KANT, 2005, 29, p. 62).

Já está posto que a mulher aparece relacionada na cultura do ocidente com os sentimentos, ou em outros termos, com traços referentes à natureza humana. A complacência no belo, por sua vez, depende do jogo livre executado pelas faculdades de conhecimento (imaginação e entendimento). Pode-se dizer que tais faculdades também constituem traços referentes à natureza humana, na medida em que não se faz necessário nenhum progresso (desenvolvimento) por parte destas para a definição do belo. Inclusive, na introdução da *Crítica da Faculdade do Juízo*, Kant

refere-se à faculdade de conhecimento como uma faculdade ou capacidade da alma (XXII). E, assim, qualquer um está apto para sentir prazer diante um objeto considerado belo.

Em qualquer um esse prazer tem que necessariamente assentar sobre idênticas condições, porque elas são condições subjetivas da possibilidade de um conhecimento em geral, e a proporção destas faculdades de conhecimento, que é requerida para o gosto, também é exigida para o são e comum entendimento que se pode pressupor em qualquer um (KANT, 2005, 156, p. 139).

Logo, encontra-se uma possível relação entre o conceito do belo apresentado na *Crítica da Faculdade do Juízo* e a natureza humana. E através desta relação, acredita-se ter estabelecido uma possível justificativa para a atribuição do “belo” à mulher; conforme era a intenção nesta seção. Porém, prossegue-se a investigação acerca do conceito sobre o belo a fim de verificar se há algum impedimento para a proposição, que está para se formar. Quer dizer, uma relação indispensável do belo com a natureza humana, que pode, então, justificar a atribuição da categoria do belo à mulher.

O argumento seguinte de Kant acerca do juízo do belo trata do que seria seu fundamento. Este se dá pela “*forma da conformidade a fins de um objeto*” (§11), quer dizer, “*beleza é a forma da conformidade a fins de um objeto, na medida em que ela é percebida nele sem representação de um fim*” (KANT, 2005, p.82).

De acordo com a concepção transcendental, ou seja, “sem pressupor algo empírico” (KANT, 2005, 32, p. 64), como deve ocorrer na análise sobre o sentimento de prazer, o fim apresenta-se como o conceito de um objeto, sendo que tal conceito deve necessariamente conter a causa do objeto ou o fundamento real da sua existência. A conformidade a fins, por sua vez, diz respeito à causalidade do conceito em relação ao objeto. Não se trata, no caso, de aferir algum conhecimento ao objeto, mas pensá-lo simplesmente no tocante a sua forma ou existência. E estar consciente dessa causalidade significa o próprio prazer.

A consciência da conformidade a fins meramente formal no jogo das faculdades de conhecimento do sujeito em uma representação, pela qual um objeto é dado, é o próprio prazer, porque ela contém um fundamento determinante da atividade do sujeito com vista à vivificação das faculdades de conhecimento do mesmo... (KANT, 2005, 37, p. 68).

A conformidade a fins pode ser também sem fim, como é o caso do juízo de gosto. Trata-se de uma conformidade a fins observada apenas segundo a forma, visto que “não temos sempre necessidade de descortinar pela razão segundo a sua possibilidade aquilo que observamos” (KANT, 2005, 34, p. 65). Quer dizer, o juízo de gosto apresenta uma conformidade a fins sem fim, na medida em que seu prazer é desinteressado. O prazer, no caso, é causado simplesmente pela apreensão da forma pelo sujeito. Nas palavras do próprio filósofo:

A conformidade a fins pode, pois, ser sem fim, na medida em que não pomos as causas dessa forma em uma vontade, e contudo somente podemos tornar compreensível a nós a explicação de sua possibilidade enquanto a deduzimos de uma vontade (KANT, 2005, 33, p. 65).

Para a determinação do belo, o juízo reflexionante parte da subjetividade e da contingência da representação empírica e deve encontrar uma referência universal para tal. Na terminologia kantiana, o que possibilita a passagem para a universalidade é a adoção do princípio que confere à natureza uma conformidade a fins. Esta também se apresenta no jogo livre das faculdades de conhecimento. Quer dizer, o belo mostra-se somente quando a forma do objeto está de acordo com as faculdades de conhecimento e assim nos transmite a impressão de um todo significativo. Do ponto de vista estético, o objeto da Natureza apresenta a finalidade de garantir prazer ao sujeito, quando é capaz de exercitar de forma harmônica as faculdades humanas que definem o belo. Inclusive, até a beleza na arte, segundo a argumentação kantiana, é assegurada pela similaridade que essa possa vir a apresentar com a Natureza. Ou seja, “a arte somente pode ser denominada bela se temos consciência de que ela é arte e de que ela apesar disso nos parece ser natureza” (KANT, 2005, 179, p. 152).

Há, segundo a perspectiva kantiana, tipos distintos de beleza. Aquela que não requer nenhum conhecimento do que o objeto deva ser, ou, em outros termos, que não pressupõe um fim determinado para o objeto, é denominada beleza livre (*pulchritudo vaga*). Nesse caso, o juízo de gosto é puro, já que a beleza é entendida como por si subsistente. Esse tipo de beleza pode ser encontrado nas flores, nos pássaros e em certos crustáceos, visto que o prazer sentido diante destes se dá de forma gratuita; quer dizer, não aparece justificado através de conceitos. A beleza livre está, portanto, no objeto que apraz por si só. Desenhos que nada representam, como os à *la grecque*, também são considerados pelo filósofo como forma de beleza livre. Esta mesma forma é encontrada em músicas sem tema ou sem texto, argumenta Kant. A beleza que, por sua vez, pressupõe certo conhecimento acerca do objeto é denominada beleza aderente (*pulchritudo adhaerens*). O juízo, no caso, é determinado como juízo de gosto aderente, aquele capaz de definir uma espécie de beleza condicionada, na medida em que é atribuída aos objetos cujos fins apresentam-se determinados por conceitos. Como a beleza do ser humano, por exemplo, ou a de um cavalo e de um edifício, que “pressupõe um conceito de fim que determina o que a coisa deva ser, por conseguinte um conceito de sua perfeição...” (KANT, 2005, 50, p. 76).

Dito isto, pode-se concluir que a beleza atribuída aos sexos apresenta-se como aderente, aquela para a qual se faz necessário o estabelecimento de um conceito referente ao fim do objeto, quer dizer, devem-se apresentar argumentos que determinem como a coisa deva ser. Mas o interesse nesta seção não diz respeito à forma de beleza capaz de qualificar os seres humanos. A tentativa aqui é de elucidar uma possível justificativa para a representação do sexo feminino através do “belo”. Então, deve-se concluir que estão, justamente, nas faculdades de conhecimento que definem o sentimento, os traços existentes no juízo de gosto capazes de justificar a utilização do belo para determinar o feminino; faculdades estas que dizem respeito à condição natural humana. Quer dizer, não se faz necessário nenhuma espécie de desenvolvimento destas, que envolva, por exemplo, uma relação com a cultura, para que se dê a determinação do belo. Dito isso, pode-se dizer que a *Crítica da Faculdade do Juízo* apresenta, de certa forma, a justificativa

para a determinação do feminino pela marca do belo. Já que, na cultura ocidental, a mulher também se encontra relacionada com a natureza.

3. HOMEM: SEXO SUBLIME

Pode-se dizer que os sentimentos do belo e do sublime apresentam aspectos semelhantes, justamente, porque ambos provêm do juízo de reflexão. Assim, não se faz necessária a relação com conceitos para fundamentá-los e também não se encontram justificados na mera sensação, como ocorre naquilo designado como agradável. Tanto o belo quanto o sublime apazem por si mesmos. São desinteressados. E são considerados juízos singulares, “contudo juízos que se anunciam como universalmente válidos com respeito a cada sujeito, se bem que na verdade reivindicuem simplesmente o sentimento de prazer e não o conhecimento do objeto” (KANT, 2005, 74, p. 90).

A diferença entre tais sentimentos está na relação destes com o objeto contemplado. O belo refere-se à apreensão da forma do objeto, enquanto o sublime pode ser encontrado no disforme. Esta apreensão da forma diz respeito à atribuição do princípio que confere à natureza um fim (conformidade a fins), que, por sua vez, constitui o prazer. Já no caso do sentimento sublime, a natureza “em seu caos ou em suas mais selvagens e desregradas desordem e devastação suscita as idéias do sublime quando somente poder e grandeza podem ser vistos” (KANT, 2005, 78, p. 91). O sentimento do sublime diferencia-se do belo justamente por apresentar certa autonomia com relação à natureza. Tal sentimento é incitado por fenômenos naturais, mas fundamenta-se na capacidade racional do homem.

Disso vemos que o conceito do sublime da natureza não é de longe tão importante e rico em consequências como o do belo na mesma; e que ele em geral não denota nada conforme a fins na própria natureza, mas somente no uso possível de suas intuições para incitar em nós próprios o sentimento da conformidade a fins totalmente independente da natureza (KANT, 2005, 78, p. 92).

Pode-se dizer que esta autonomia do sublime com relação à natureza já traz indícios do que se procura apresentar na presente seção, visto que a pergunta para a qual nos dirigimos é: está na relação do “sublime” com a razão/cultura uma possível justificativa para a atribuição deste sentimento ao sexo masculino? Mas, para evitar possíveis erros, verificar-se-ão com mais cautela os argumentos referidos ao sentimento do sublime.

Pelo fato de o sublime oferecer uma complacência comunicável universalmente, apresenta-se também nesse ajuizamento a “consciência de uma conformidade a fins subjetiva no uso da nossa faculdade de conhecimento” (KANT, 2005, 83, p. 95). Porém, no juízo do sublime, não há a representação de nenhuma forma particular na natureza, como ocorre no juízo sobre o belo. Pelo contrário, “o objeto pode aparecer mesmo como o contrário a fins para a faculdade do juízo, como inadequado a, e violento para a faculdade de imaginação” (SILVA, 2006, p.53). Assim, dá-se a “ampliação da faculdade da imaginação em si mesma” (KANT, 2005, 83, p. 95), visto que “esta desconformidade a fins do objeto em relação à faculdade da imaginação, no entanto, constituirá a

ocasião para o despertar de um sentimento de conformidade a fins de ordem ‘superior’ (SILVA, 2006, p.53). Quer dizer, “esta incapacidade da imaginação, faculdade máxima da “sensibilidade”, aponta, segundo Kant, para nossa destinação “superior”, independente da natureza e dos sentidos” (KANT, 2005, 83, p. 95).

Se trata aqui de um sentimento da inadequação de sua faculdade da imaginação à exposição da idéia de um todo, no que a faculdade da imaginação atinge o seu máximo e, na ânsia de ampliá-lo, recai em si, mas desta maneira é transposta a uma comovedora complacência (KANT, 2005, 88, p. 98).

As faculdades envolvidas na determinação do sublime são: imaginação e razão. Há, portanto, distinções entre as determinações do belo e sublime provindas da substituição do entendimento pela razão, o que deflagra outras diferenças que dizem respeito à forma que estas faculdades relacionam-se com a imaginação. Pois, enquanto no sentimento do belo, a relação mostra-se harmoniosa, contribuindo assim para a promoção das forças vitais do sujeito e garantindo-lhe desta forma o prazer, no sublime a relação entre as faculdades é conflituosa, na medida em que tal sentimento provém da impotência da imaginação diante do disforme, da imensidão, da força com a qual a natureza mostra-se. O prazer, no sentimento do sublime, é considerado negativo, na medida em que o ânimo ao invés de ser atraído pelo objeto é repellido. Tem-se no lugar do prazer positivo, admiração e respeito; aspectos que segundo Kant merecem ser determinados como tipos de prazer negativo. O prazer suscitado pelo sentimento do sublime ocorre de forma indireta, a saber, “ele é produzido pelo sentimento de uma momentânea inibição das forças vitais e pela efusão imediatamente consecutiva e tanto mais forte das mesmas” (KANT, 2005, 75, p. 90).

Kant apresenta duas formas distintas da ocorrência do sentimento do sublime. O filósofo distingue entre o sentimento suscitado a partir de algo absolutamente grande, ou seja, “o que é grande acima de toda a comparação” (KANT, 2005, 81, p. 93) e o que ocorre diante da expressão de uma força avassaladora, do poder (*Macht*) com o qual a natureza mostra-se. No primeiro, o sentimento é determinado como sublime matemático; este no qual a imaginação fracassa diante da tentativa de apreender a forma do fenômeno em sua multiplicidade e grandeza. O segundo, denominado sublime dinâmico, origina-se diante de espetáculos terríficos, tais como: “Rochedos audazes sobressaindo-se por assim dizer ameaçadores, nuvens carregadas acumulando-se no céu, avançando com relâmpagos e estampidos, vulcões em sua inteira força destruidora, furacões com as devastações deixadas pra trás, o ilimitado oceano revolto, uma alta queda d’água de um rio poderoso etc.” (KANT, 2005, 104, p. 107). Diante de tais fenômenos, o sujeito reconhece a si próprio em sua pequenez frente ao poderio da natureza. O medo sentido diante desses fenômenos naturais é justamente o que determina o quanto a natureza mostra-se poderosa. A atração que o espetáculo oferece também se mostra proporcional ao quão terrível este se apresenta. Mas para que a natureza desperte alguma atração, o sujeito deve encontrar-se em plena

segurança, ou seja, deve estar em condição propícia para o desvelamento da faculdade de resistência que, de certa forma, confronta o poder exibido pela natureza.

No sublime matemático, a avaliação da grandeza dá-se através da intuição, pois é atribuída ao sentido da visão a mensuração do fenômeno. Tal processo mostra-se, portanto, subjetivo; logo estético. A avaliação estética das grandezas apresenta um limite; diferente da avaliação matemática, para a qual não existe um máximo, na medida em que os números podem ir até o infinito. E quando se determina uma medida como absoluta - ou algo para o qual não é possível subjetivamente medida maior - tem-se, então, elaborada a idéia do sublime.

Em ambos os casos, tanto no sublime matemático quanto no sublime dinâmico, o sujeito recorre à razão, refugiando-se no mundo supra-sensível, pois diante da incapacidade da imaginação, a esfera sensível é abandonada em função do emprego da pura e auto-suficiente razão. Ou seja, tendo presenciado os limites da imaginação, recorre-se à razão, que, por sua vez, mostra-se independente e superior aos sentidos e à natureza.

... assim faculdade da imaginação e *razão* produzem aqui através de seu conflito, conformidade a fins subjetiva das faculdades do ânimo; ou seja, um sentimento de que nós possuímos uma razão pura, independente, ou uma faculdade da avaliação da grandeza, cuja excelência não pode ser feita intuível através de nada a não ser da insuficiência daquela faculdade que na apresentação das grandezas (objetos sensíveis) é ela própria ilimitada (KANT, 2005, 99, p. 105).

“Por conseguinte, o que deve denominar-se sublime não é o objeto e sim a disposição de espírito através de uma certa representação que ocupa a faculdade de juízo reflexiva” (KANT, 2005, 85, p. 96). Não se encontra, portanto, a sublimidade na natureza, mas somente na disposição do ânimo, “na medida em que podemos ser conscientes de ser superiores à natureza em nós e através disso também à natureza fora de nós (na medida em que ela influi sobre nós)” (KANT, 2005, 109, p. 110).

Nesta última citação, encontram-se argumentos que pretendem colocar o sublime não somente como independente da natureza, mas também superior a esta. Torna-se, então, evidente que o sentimento do sublime encontra-se alojado no âmbito supra-sensível da razão. Esta é capaz de distinguir o homem da natureza, tornando-o independente. Em outros termos, o sublime enobrece o homem.

A independência do homem frente à natureza, a sua superioridade diante desta e esta relação necessária estabelecida com a razão nos dá indícios do que se procura aqui, a saber, elaborar, partindo destes aspectos, uma possível justificativa para a atribuição do sentimento do sublime ao homem. Contudo, antes de concluir, será feita a análise de um último aspecto referido ao conceito do sublime.

Já no fim da seção destinada à “Analítica do sublime”, Kant refere-se à necessidade do desenvolvimento cultural da faculdade de conhecimento para a determinação do sublime na natureza. Assim, segundo a perspectiva kantiana, “parece exigível uma cultura de longe mais vasta, não só da faculdade de juízo estética, mas também da faculdade de conhecimento, que se

encontram à sua base, para poder proferir um juízo sobre esta excelência dos objetos da natureza” (KANT, 2005, 110, p. 111). Há, portanto, uma relação indispensável com a cultura para a definição do sublime. Considera-se que esta relação, além da já apresentada referida à razão e a independência do homem frente à natureza, traz uma possível justificativa para a representação do masculino através do “sublime”, visto que o homem no ocidente também é retratado como relacionado com a cultura/razão.

REFERÊNCIAS

- BADINTER, Elisabeth, *Émilie, Émilie*, a ambição feminina no século XVIII. Trad. Celeste Marcondes. São Paulo: Discurso Editorial, 2003.
- BORGES, Maria de Lourdes. Gênero e desejo: a inteligência estraga a mulher? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol.13, n.3, p. 667-676, set. /dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-26X2003000200008&Ing=pt&nrm=iso> Acesso em: 26 de fevereiro de 2008.
- _____. Uma tipologia do amor na Doutrina das Virtudes. *Studia Kantiana*, Campinas, vol.2, n.1, p. 1-8, set. 2000. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/dudi2.htm>> Acesso em: 12 de janeiro de 2006.
- CASH, Mason. Distancing Kantian Ethics and Politics from Kant’s views on women. *Minerva- An International Journal of Philosophy*, Ireland, ano 6, n. 6, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.ul.ie/~philos/vol6/index.html>> Acesso em: 10 de outubro de 2007.
- CASNABET, Michele Crampe. *Kant uma revolução filosófica*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- DAVID-MÉNARD, Monique. As teses de Kant sobre a sexualidade e as diferenças entre os sexos. In: *A Loucura na Razão Pura*. SP: Editora 34, 1996, p. 205-209.
- DELEUZE, Gilles. *Para ler Kant*. 2. ed. Trad. Sonia Dantas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S/A, 1986.
- DUARTE, Rodrigo (Org.). *Belo, Sublime e Kant*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: Direito Moral e Religião no mundo moderno*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda. 2006.
- EGGERT, Edla. Narrativa: uma filosofia a partir da experiência das mulheres. In: TIBURI, Márcia; MENEZES, Magali; EGGERT, Edla (Org.). *As mulheres e a Filosofia*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002, p. 193-202.
- FOUCAULT, Michel. *Introducion à l’Antropologie de Kant*. Thèse complémentaire pour le doctorat ès Lettres. Inédita. Paris: Biblioteca da Universidade da Sorbonne, 1961.65p.
- Kant e-Prints*. Campinas, Série 2, v. 3, n. 1, p. 27-39, jan.-jun., 2008.

Disponível em: <<http://www.foucoult.qut.edu.au/kant.pdf>> Acesso em: 11 de novembro de 2007.

FOUCAULT, Michel. *Introdução à antropologia de Kant*: Tese complementar para o doutorado em Letras. Tradução de Osmyr F. Gabbi Jr. Título original: *Introduction à l'Antropologie de Kant*. Thèse complémentaire pour le doctorat ès Lettres. No prelo. Campinas, 2007.

FREITAS, Romero Alves. *Beleza, sublimidade, Natureza*: subjetividade e objetividade nas analíticas kantianas do belo e do sublime. 1995. (Mestrado em Estética e Filosofia da Arte). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

FREITAS, Velaine. A beleza como símbolo da moralidade na Crítica da Faculdade do Juízo de Kant. In: DUARTE, Rodrigo (Org.). *Belo, Sublime e Kant*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 90-101.

FRIAS, Lincoln Thadeu. *A produtividade da capacidade de imaginação em Kant*: as relações entre a “Crítica da Faculdade do Juízo estética” e a “Analítica Transcendental”. 2006. (Mestrado em Estética e Filosofia da Arte). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

JOSÉ DA SILVA, Glaydson. Gênero em questão: apontamentos para uma discussão teórica. Mneme – *Revista Virtual de Humanidades*, Natal, v.5, n.10, abr. /jun. 2004. Disponível em: <<http://www.seol.com.br/mneme>> Acesso em 15 de fevereiro de 2008.

KANT, Immanuel. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Trad. Clélia Aparecida Martins, São Paulo: Iluminuras, 2006.

_____. *Anthropology from a pragmatic point of view*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1978.

_____. *Crítica da Faculdade do Juízo*. 2. ed. Trad. De Valério Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2005.

_____. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*. 2. ed. Campinas, Trad. De Vinicius Figueiredo. São Paulo: Papyrus Editora, 1993.

_____. *Remarques touchant les Observations sur le sentiment du beau e du sublime*. Trad. Brigitte Geinget. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1994.

_____. *Textos Seletos*. Petrópolis: Vozes, 1974.

KHIRDAJI, Nada. Virtue Before Justice: A feminist Critique of Kant. *The Carleton University Student Journal of Philosophy*, Ottawa, v. 16, n. 1, fall 1994. Disponível em: <<http://www.carleton.ca/philosophy/cusjp/issuesonline.html>> Acesso em: 03 de fevereiro de 2008.

- KLINGER, Cornelia. The concepts of the sublime and the beautiful in Kant and Lyotard. In: SCHOTT, Robin May (Ed.). *Feminist Interpretations of Immanuel Kant*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1997, p. 192-211.
- LOPARIC, Zeljko. Acerca da sintaxe e da semântica dos juízos de gosto. *Sociedade Kant Brasil*, Campinas, p.1-21. 2005. Disponível em: <http://www.cle.unicamp.br/kant_campinas/textos/loparic01i.htm> Acesso em: 16 de janeiro de 2006.
- LOUDEN, Robert B. A segunda parte da Moral: A Antropologia Moral de Kant e sua relação com a Metafísica dos Costumes. *ethic@*, Florianópolis, v.1, n.1, p. 27-46, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.Cfh.ufsc.br/etic@/ETHIC1~3.PRN.polf>> Acesso em 26 de fevereiro de 2008.
- MENEZES, Magali Mendes. Da academia da razão à academia do corpo. In: TIBURI, Márcia; MENEZES, Magali; EGGERT, Edla (Org.). *As mulheres e a Filosofia*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002, p. 13-22.
- MONTENEGRO, Thereza. Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.11, n.2, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200008&Ing=pt&nrm=iso> Acesso em: 26 de fevereiro de 2008.
- MURARO, Rose Marie; PUPPIN, Andréa Brandão (Org.). *Mulher: Gênero e Sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- NETO, Leon Farhi. Homem-objeto: O lugar da Antropologia no pensamento de Kant. *Kant e-prints*. Campinas, v.1, n.2, p. 13-39, jul. - dez. 2006. Disponível em: <http://www.cle.unicamp.br/kante-prints/index_arquivos/Page560.htm> Acesso em: 26 de fevereiro de 2008.
- PULEO, Alicia H. *Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto do futuro*. Disponível em: <<http://www.fyl.uva.es/~wceg/articulos/filosofia%20e%20genero.pdf>>_Acesso em: 26 de fevereiro de 2008.
- SILVA, Hélio Lopes. A Imaginação na crítica kantiana dos juízos estéticos. *Artefilosofia*, Ouro Preto, vol.1, n.1, p. 45-55, jul. 2006.
- SCHOTT, Robin May. *Eros e os Processos Cognitivos: Uma crítica da objetividade em filosofia*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1996.
- SCHILLER, Friedrich. *Fragmentos das Preleções sobre Estética do semestre de inverno de 1792-93*. Trad. Ricardo Barbosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- TIBURI, Márcia. Toda beleza é difícil. Esboço da crítica sobre as relações entre metafísica, estética e mulheres na filosofia. In: TIBURI, Márcia; MENEZES, Magali; EGGERT, Edla (Org.). *As mulheres e a Filosofia*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002, p. 23-46.

VALLE, Bárbara. O feminino e a representação da figura da mulher na filosofia de Kant. In: TIBURI, Márcia; MENEZES, Magali; EGGERT, Edla (Org.). *As mulheres e a Filosofia*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002, p. 47-69.